

Empenho presidencial

A luta, ao que tudo indica, não terminou empatada. O ministro da Saúde, Adib Jatene, aliou-se ao maior *juiz de qualquer batalha*, o presidente da República, e parece ter garantido os recursos que sempre pediu para sua pasta. Os céuticos ou aqueles que sempre fazem perguntas inconvenientes batem na mesma tecla de sempre: de onde surgiram os recursos que acalmaram de modo tão instantâneo as várias partes do rebanho ministerial do governo Fernando Henrique? A voz maior, exatamente aquela de quem poderia falar com toda a autoridade, não deixou margem para qualquer dúvida: "Assumo esta bandeira"! Ou seja, o presidente afirmou que, se há "discussões" marcadas por um provável efeito inflacionário embutido numa ressurreição intempestiva do IPMF, "podemos estudar outras alternativas". Os céuticos e os impertinentes que se cuidem, pois já temos uma certeza: "Nós vamos ter que ter estes recursos", como asseverou, sem meias palavras, o presidente.

Nessa caverna onde moram os recursos, *que têm que existir*, moram também muitos outros perigos. É preciso saber, antes de mais nada, que uma poderosa comissão de quatro membros foi criada; dizemos poderosa sem medo de erro porque um de seus integrantes é a mais "poderosa", de fato, caneta da República; ademais, dessa comissão fazem parte o ministro da Saúde e dois "elementos de ligação", um com a "área econômica" e outro com o Congresso. Essa comissão quatripartite encontrará os recursos procurados. Assim motivados pelo que é o maior dos objetivos — pode haver algum maior do que a preservação da vida? — esse autêntico exercício de vontade do poder ocorrerá.

Tendo em vista que este governo repele que a ele se impute a autoria de milagres, estamos todos os contribuintes avisados de que o benefício da saúde, que nossos irmãos carentes possivelmente alcançam, terá um custo muito bem definido. Por enquanto apenas se fala em uma recriação de empréstimo compulsório sobre combustível, exceto o diesel. A exceção faz

pensar que o fogo do dragão inflacionário se alimente de diesel..., ou que a Agricultura deva de fato ser privilegiada antes que seja tarde. Idéias para cobrar sobre o que e de quem certamente não faltarão; o problema será convencer quem paga a fazê-lo sorrindo.

Nesse ponto, do sorriso do contribuinte, começa a fase complexa de qualquer receita emanada das vontades do poder. Todos sabemos que o ministro da Saúde

tem empenhado cada minuto do seu tempo para gastar bem os recursos de sua pasta, que reputa escassos. O presidente já avisou que qualquer "recurso novo" (desse que terão de ser cobrados sem atíçar o dragão inflacionário) "não podem ser consumidos em convênios". Pronto, sérios problemas à vista. O quarto membro da comissão que *tem que achar recursos* poderá vir do Congresso, até mesmo indicado por um dos 52 parlamentares que são donos de hospitais e assemelhados, junto com os 14 ex-secretários de Saúde estaduais, dos quais sete deles também são donos de hospitais. A esses devem ser somados os 51 votos do Congresso que reconhecidamente foram eleitos com verbas de hospitais, o que permite a existência de uma bancada muito cônica de seus interesses. Será que esse quarto membro da poderosa comissão, se não pertencer à *bancada*, não terá que ouvir seus pares *que dela fazem parte*? Se o dinheiro novo não poderá ser gasto em convênios, não se poderá argumentar com a impossibilidade de quitar a imensa dívida — social, é claro! — que em alguma medida decorre do pouco que o governo paga por qualquer aspecto da assistência médica e hospitalar?

Repetir que se paga pouco por essa prestação de serviço é tolice; todos sabem disso. Todos sabem também, contudo, como provou CPI específica concluída em novembro passado, para citar um exemplo, que 28,17% das célebres Autorizações de Internação Hospitalar, as AIHs, são fraudadas! Assim, os recursos que *têm que existir* devem ter fim muito bem definido. Caso contrário, apenas pagaremos todos, um pouco a mais, pela fraude nossa de cada dia.

**O problema da
Saúde no Brasil
encontrará
solução, conforme
promessa do
chefe de governo**

* 4 JUL 1995

ESTADO DE SÃO PAULO